

ENTRE PÚBLICO, PRIVADO E POLÍTICO: AVANÇOS DAS MULHERES E MACHISMO VELADO NO BRASIL

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142850>

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. 504 p.

Avançar no sentido de maior igualdade de gênero em nossa sociedade requer mudanças profundas no pensar e no agir; implica ampliar as percepções que temos acerca dos lugares, das atividades, das relações sociais e das próprias definições relacionadas a homens e mulheres; implica, portanto, questionar, desestabilizar e redefinir estruturas, valores e concepções que servem como base e pilares da organização social vigente.

Nas últimas décadas, vivenciamos no Brasil a crescente atuação das mulheres nas arenas públicas, sobretudo nos espaços relacionados à cultura, à educação, à política e ao mercado de trabalho. Paralelamente, em sintonia com o contexto internacional, as questões de gênero, mais focadas na igualdade de oportunidades, têm sido enfatizadas na arena

institucional por meio da criação de organismos públicos voltados à defesa e ampliação dos direitos das mulheres, de medidas e programas governamentais que buscam incentivar a maior participação nos espaços públicos; pela adoção da Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006), que torna crime a violência contra as mulheres; e a criação de delegacias e serviços de atendimento especializados.

Diante desta conjuntura promissora, a pesquisa de opinião, objeto central de análise da publicação *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*, da Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, atualiza os dados de uma pesquisa anterior¹ realizada em 2001 pela mesma Fundação, acrescentando a esta nova edição a percepção masculina acerca dos temas referentes às mulheres e às relações de gênero no país. Realizada em agosto de 2010, reúne opiniões e percepções de 2.365 mulheres e 1.181 homens, maiores de 15 anos, residentes nas 25 unidades federativas brasileiras, tanto no meio urbano como no meio rural. Essa atualização e ampliação permitem à análise uma perspectiva temporal das permanências e alterações nas opiniões nesta última década.

A partir dos dados quantitativos, apresentados em anexo à obra, diversas autoras analisam qualitativamente as respostas, aprofundando-se em um dos temas abordados pela pesquisa de opinião. Os 24 artigos elaborados por pesquisadoras, militantes feministas e gestoras públicas direcionam-se a analisar criticamente os resultados da pesquisa de acordo com as temas propostos: percepção de ser mulher – machismo e feminismo; divisão sexual dos trabalhos doméstico e remunerado – satisfação com o tempo livre; corpo e representação na mídia – sexualidade; saúde reprodutiva e abortamento; violência doméstica; e democracia, mulher e política. Diante da diversidade temática, o presente texto sinaliza apenas alguns dos aspectos trazidos pela pesquisa.

As percepções reveladas pelas respostas são abordadas, nos diversos artigos da coletânea, à luz de debates contemporâneos que passam a produção teórica, as visões críticas trazidas pelos movimentos sociais (feministas, de mulheres, negros, entre outros) e os debates e negociações na arena institucional. As opiniões colhidas pela pesquisa são, em grande parte dos artigos, aproximadas a resultados encontrados em outras pesquisas nacionais demográficas e de opinião, o que permite uma associação entre os resultados da amostra e o contexto nacional.

Diante das convergências e divergências, as autoras levantam hipóteses sobre o que impulsionaria as posturas expressas nas respostas, tomando-as como reflexo da composição social e cultural da sociedade brasileira e, nesse sentido, buscam apreender um processo de transformação em curso e apontar para os possíveis reflexos que mudanças ou permanências nas opiniões podem acarretar a curto, médio ou longo prazo na configuração social.

¹ VENTURI, Gustavo;
RECAMÁN, Marisol;
OLIVEIRA, Suely de (Org.).
*A mulher brasileira nos
espaços público e privado*.
São Paulo: Fundação
Perseu Abramo, 2004.

De acordo com Marlise Matos, “as percepções são importantes para elucidar elementos arraigados em nossas práticas culturais e valorativas” (p. 316). Elas podem ser interpretadas tanto como uma mola propulsora para avanços e transformações nas relações de gênero, como podem representar obstáculos para a participação das mulheres em espaços de decisão e de poder. Nas opiniões, estes movimentos, por vezes simultâneos, revelam posturas e dizeres contraditórios, desvelando as ambiguidades e a complexidade de um processo tanto pessoal como social de transformações profundas nas relações e nos papéis de gênero socialmente definidos.

Nos embates entre posturas conservadoras e aquelas mais progressistas que reclamam por mudanças e até indicam uma “destraditionalização nas percepções de gênero” (p. 319), a pesquisa revela um Brasil mais feminista na última década: em 2001, 21% das entrevistadas se identificavam com o feminismo; em 2010, essa porcentagem subiu para 31%. A esse dado soma-se o aumento da percepção da importância da política na vida das mulheres, de 70%, em 2001, para 80%, em 2010.

Segundo Albertina Costa, “uma década de feminismo institucional contribuiu para amenizar e oficializar a imagem do movimento e fazer dos direitos da mulher uma unanimidade” (p. 45). Nesse cenário otimista predomina, entretanto, a visão de que o Brasil é um país machista, amplamente compartilhada por 90% dos homens e 94% das mulheres. Esse amplo reconhecimento que indica posturas mais críticas e atentas revela também persistentes impasses diante de propostas de reorganização social e reestruturação das relações de gênero.

Destaca-se na pesquisa a percepção positiva sobre “ser mulher” e sobre “a situação das mulheres na sociedade atual em comparação com 20-30 anos atrás”. A visão de que a situação das mulheres melhorou era compartilhada por 65% das entrevistadas em 2001; esse percentual subiu para 74% em 2010. As análises apontam que essa satisfação com relação à condição feminina é mais presente entre as jovens e diretamente proporcional à maior escolarização e melhores condições socioeconômicas. Essa melhora no estatuto das mulheres aparece relacionada à valorização das conquistas na arena social, destacando-se aspectos como maior liberdade e independência social, conquistas no mercado de trabalho e maior participação na política. O trabalho remunerado revela-se elemento central para a consolidação da presença feminina na vida pública; é nesse âmbito que são identificadas as principais diferenças entre homens e mulheres e as possibilidades de mudanças positivas na vida das mulheres. Questionadas sobre o que fariam “para que a vida de todas as mulheres melhorasse”, 28% delas referiram-se ao “combate às discriminações no mercado de trabalho”.

A centralidade da dimensão do trabalho remunerado, fortemente associada à noção de cidadania no Brasil, soma-se à permanência da

divisão sexual do trabalho: quase a totalidade (91%) das entrevistadas que estavam no mercado de trabalho declarou ser responsável pelo trabalho reprodutivo, em contraposição a 3% dos homens. Além do acúmulo de funções, entre as mulheres predominam os menores rendimentos: 38% recebiam até um salário mínimo e 31%, entre um e dois salários. O trabalho doméstico remunerado e não remunerado é visto ainda como atividade exclusivamente feminina e, como aponta Betânia Ávila, a divisão sexual do trabalho se afigura “como elemento estruturante das relações de gênero” (p. 241).

Neste sentido, as mudanças detectadas não parecem significar ainda uma alteração no padrão das desigualdades. Nilza Iraci Silva, Lúcia Xavier e Jurema Werneck chamam a atenção para a questão racial que, apesar de ter sido incluída na pesquisa de 2010, limita-se ao perfil das entrevistadas, e por isso não é possível averiguar se e como as desigualdades entre as mulheres foram percebidas, “considerando a dimensão de raça e a percepção do racismo” (p. 274). A necessidade de “desmistificar certa visão idealizada de homogeneidade entre as mulheres” (p. 253) fora destacada já em relação à pesquisa de 2001, o que provavelmente impulsionou a alteração no próprio título da pesquisa, que passa a apresentar “as mulheres brasileiras”, no plural. Entretanto, de acordo com as autoras, permanece a invisibilidade com relação às intersecções entre gênero e raça/etnia.

Ao destacar que é no campo do privado onde se encontram os aspectos que limitam as possibilidades de conquista da autonomia das mulheres e onde ocorre uma “naturalização da opressão feminina relacionada à ideia da maternidade como o lugar central para as mulheres” (p. 183), Nalu Faria problematiza a separação entre esfera pública e esfera privada ao explicitar o controle exercido por diversas instituições, destacadamente o Estado, sobre os corpos, a sexualidade e o poder de decisão das mulheres, ressaltando a questão do aborto como tema urgente que se refere tanto a sua saúde e segurança como a sua autonomia.

Os impactos das políticas públicas (ou de sua ausência) na vida das mulheres são constantemente destacados nos artigos e perpassam todas as temáticas abordadas pela pesquisa. Os posicionamentos críticos das autoras indicam, muitas vezes, não apenas a permanência, mas o reforço da divisão sexual do trabalho forjado na estratégia de conciliação que permanece invariavelmente a cargo das mulheres.

Na opinião pública revelam-se algumas ambiguidades, contradições e impasses da sociedade brasileira diante das mudanças necessárias nas relações de gênero. Tais aspectos, de ordem subjetiva e objetiva, sobressaem-se nas concordâncias e/ou discordâncias com as afirmações propostas pela pesquisa, que se constituem elementos interessantes para aprofundamento e análise.

As críticas contundentes trazidas pela coletânea ressaltam o longo caminho a ser percorrido e a importância da adoção de medidas governamentais e de práticas cotidianas que acompanham as tendências otimistas encontradas pela pesquisa, a saber: a visão mais positiva com relação a “ser mulher”, o reconhecimento claro de que a realidade brasileira é machista e de que as mulheres podem e devem ter autonomia em suas escolhas. Nesse sentido, espera-se que se alterem não apenas as opiniões, reveladoras das estruturas sociais e culturais, mas também as práticas e as ações nas quais, de fato, se concretizam as transformações e conquistas.

DÉBORA DE FINA GONZALEZ

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp
deboradefina@gmail.com